

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 1 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-664-5 DOI 10.22533/at.ed.645192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade. No 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional. Por fim, no 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - GÊNERO E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 1	1
A DANÇA NA ESCOLA BILÍNGUE: INCLUSÃO DE SURDOS SOB O OLHAR DOCENTE NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY	
Sandra Maria da Silva Oliveira Suelene Regina Dônola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.6451927091	
CAPÍTULO 2	12
A DEFICIÊNCIA E HUMANIDADE: BREVE HISTÓRICO	
Anna Paola Xavier Chiaradia Lurdes Caron	
DOI 10.22533/at.ed.6451927092	
CAPÍTULO 3	22
AFETIVIDADE, INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Elson Klusvick da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6451927093	
CAPÍTULO 4	34
BRECHÓ CASA DO ESTUDANTE: EU FAÇO PARTE DESSE PROJETO!	
Gabriel Macedo de Oliveira Janine Coelho Ouriques Catia Puppe Camila Flores da Rosa Hiassanna Hoppe Buske Larissa Buligon Brondani Lúcia Cherobini Prevedello Patrícia Petterini Robert Hugo Schoeffel Tatiana Alves Vaz Valeska Madruga Cera Vanessa Miolo	
DOI 10.22533/at.ed.6451927094	
CAPÍTULO 5	40
BRINCADEIRA DE MENINA, BRINCADEIRA DE MENINO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA	
Mateus Leonardo Cassimiro Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.6451927095	
CAPÍTULO 6	48
DESAFIOS DO EDUCADOR DIANTE DA VIOLÊNCIA PERPETRADA NA ESCOLA POR MEIO DOS CANAIS VIRTUAIS	
Isaura Maria dos Santos Mario Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6451927096	

CAPÍTULO 7	57
EDUCAÇÃO E EXTRATIVISMO VEGETAL COM A ETNIA CHIQUITANA, FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Denildo da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6451927097	
CAPÍTULO 8	67
EDUCAÇÃO POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E O EMPODERAMENTO FEMININO	
Elisângela de Oliveira Fontoura	
Geraldo Augusto Locks	
João Eduardo Branco de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6451927098	
CAPÍTULO 9	78
GÊNERO E EDUCAÇÃO: ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS	
Luan Felipe Alves Couto	
Mareli Eliane Graupe	
DOI 10.22533/at.ed.6451927099	
CAPÍTULO 10	85
GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS A PARTIR DA ANÁLISE DO RELATÓRIO “JOGO ABERTO” EMITIDO EM 2017 PELA UNESCO	
Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz	
Francisco Eduardo Araújo de Castro da Paz	
Madison Rocha Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.64519270910	
CAPÍTULO 11	96
INVESTIGAÇÃO SOBRE A PRÁTICA DO <i>BULLYING</i> NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
José Cleferson Alves Ferreira da Silva	
João Paulo de Oliveira Nunes	
Marianny de Souza	
Ana Paula Batista de Almeida	
Mônica Fagundes dos Santos	
João Paulo Alves de Albuquerque	
Cícera Lopes dos Santos	
Maria Lusia de Moraes Belo Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.64519270911	
CAPÍTULO 12	106
O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Tânia Mara dos Santos Bassi	
Vilma Miranda de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.64519270912	
CAPÍTULO 13	117
PRÁTICAS MUSICAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Andréia Miranda de Moraes Nascimento	
Luana Paula Carvalho Silva	
Gabriela Regina Miguel Reis	
DOI 10.22533/at.ed.64519270913	

CAPÍTULO 14 125

PROMOÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PARQUE DE SALVADOR

[Andrea Oliveira D'Almeida](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270914

PARTE 2 - INTERDISCIPLINARIDADE

CAPÍTULO 15 136

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O QUE MERECEM SEUS SUJEITOS

[Claudenir Bunilha Caetano](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270915

CAPÍTULO 16 153

“ESCOLA SEM PARTIDO”: CRISE NA EDUCAÇÃO?

[Franciane Sousa Ladeira Aires](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270916

CAPÍTULO 17 165

HUMANISMOS FILOSÓFICOS EM INTERFACE COM O HUMANISMO CRISTÃO NUMA PROPOSTA EDUCACIONAL

[Francisco de Assis Carvalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270917

CAPÍTULO 18 177

JOVENS E FORMAÇÃO INTERNACIONAL: SEMANA ACADÊMICA DO BACHARELADO EM ONTOPSICOLOGIA DA FACULDADE ANTONIO MENEGHETTI NA ITÁLIA

[Patrícia Wazlawick](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270918

CAPÍTULO 19 196

MEDIANDO SIGNIFICAÇÕES E CONFIGURAÇÕES DE SENTIDOS

[Poliana Fernandes dos Santos](#)

[Bárbara Garcia Ferri](#)

[Claudia Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270919

CAPÍTULO 20 208

O APRENDIZADO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESIGN DE INTERIORES COMO TEMA DE PESQUISA

[Joseane Aparecida Ipolito](#)

[Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270920

CAPÍTULO 21 216

O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA FRENTE AOS NOVOS DESAFIOS DO CENÁRIO RURAL CONTEMPORÂNEO

[Ivone Barbosa Targa](#)

[Roberto Kanaane](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270921

CAPÍTULO 22	227
O ENSINO NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA DISCIPLINA GEOGRAFIA	
Jone Clay Custodio Borges	
Marcelo Rodrigues Mendonca	
DOI 10.22533/at.ed.64519270922	
CAPÍTULO 23	237
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR	
Thiago Ferreira de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.64519270923	
CAPÍTULO 24	247
O JOVEM E A SUA SEGUNDA VIDA BASEADA EM ESTEREÓTIPOS E O DIFERENCIAL DA PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA	
Ana Carolina Marzzari	
Eloisa Vieira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.64519270924	
CAPÍTULO 25	256
O PENSAMENTO ESPACIAL QUE ATRAVESSA A MATEMÁTICA E A CARTOGRAFIA: FAZER-SE PROFESSOR(A) ENTENDENDO O PENSAMENTO DAS CRIANÇAS	
Denise Wildner Theves	
Lenir dos Santos Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.64519270925	
CAPÍTULO 26	269
PLANTANDO DÁ, EM BUSCA DE UMA VIDA SAUDÁVEL	
Sandra Berro Maia	
Andréa Magale Berro Vernier	
Luciana Pinheiro Silveira Alfaro	
Alan Pedroso Leite	
Bárbara Gehrke Bairros	
DOI 10.22533/at.ed.64519270926	
CAPÍTULO 27	279
PRODUZINDO AVALIAÇÕES DE QUALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	
Talita Emídio Andrade Soares	
Denilson Junio Marques Soares	
DOI 10.22533/at.ed.64519270927	
CAPÍTULO 28	285
REFLETINDO A EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI	
Iracema Cristina Fernandes da Silva	
Terezinha Fernandes Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.64519270928	
SOBRE O ORGANIZADOR	295
ÍNDICE REMISSIVO	296

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR

Thiago Ferreira de Paiva

Secretaria de Estado de Educação do Distrito
Federal - SEEDF
Brasília, DF

EDUCATION: IN THE SOCIAL AND SCHOOL CONTEXT

RESUMO: O intuito deste trabalho é trazer a problematização da interpretação dos resultados provenientes do índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb, compreendendo que os fatores culturais e socioeconômicos também devem ser levados em consideração e da co-responsabilização da qualidade da educação entre o Estado, escola e comunidade escolar, e para tal lançamos mão da análises de estudos empíricos de alguns pesquisadores e pesquisadoras que abordavam esse tema, a análise dos resultados se deu de forma qualitativa a partir de dados quantitativos, entendendo que por se tratar de um indicador numérico que muitas vezes marca ou estigmatiza uma escola pelo seu desempenho em avaliações de larga escala, analisar o resultado do Ideb com o foco apenas no seu resultado finalístico nos levou a compreender que esse resultado pode não comprovar uma educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ideb; Educação; Qualidade da Educação.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to bring up the problematization of the interpretation of the results from the index of development of basic education - Ideb, understanding that cultural and socioeconomic factors must also be taken into account and the co-responsibility of the quality of education between the State, and the school community, and for this we have used the analysis of empirical studies of some researchers that approached this subject, the analysis of the results was done qualitatively from quantitative data, understanding that it is a numerical indicator that many sometimes marks or stigmatizes a school for its performance in large-scale evaluations, analyzing Ideb's result with its focus on its final result has led us to understand that this result may not prove a quality education.

KEYWORDS: Ideb; Education; Quality of Education.

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para ser

THE INDEX OF DEVELOPMENT OF BASIC

um indicador da qualidade da educação das escolas brasileiras bem como para estabelecer metas para a melhoria do ensino, que segundo Araújo, ex-presidente do INEP:

Todo o PDE [Plano de Desenvolvimento da Educação] está ancorado justamente na criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira – IDEB, que pondera os resultados do SAEB, da Prova Brasil e dos indicadores de desempenho captados pelo censo escolar (evasão, aprovação e reprovação). Cria um indicador que varia de zero a dez, desdobrável por estado e por município e por redes de ensino [e agora por escola]. A partir da construção do IDEB, o MEC vinculará o repasse de recursos oriundos do FNDE à assinatura de compromisso dos gestores municipais com determinadas metas de melhoria dos seus indicadores ao longo de determinado período. (FREITAS, 2007, p.1)

Os resultados obtidos inicialmente serviram como parâmetros para análises futuras da qualidade do ensino, que deveriam servir para formularem estratégias, pela comunidade escolar e pelo Estado, objetivando ofertar de fato uma educação de qualidade para todos.

Neste trabalho analisamos alguns estudos de pesquisadores e pesquisadoras que observaram os resultados do Ideb nas escolas brasileiras nos últimos anos e relacionando as percepções destes pelo Governo, pela Escola e pela Comunidade Escolar, destaco ainda uma análise qualitativa de dados quantitativos que serão aqui examinados. Este trabalho está estruturado em quatro partes além dessa introdução. Preliminarmente iremos iniciar a discussão trazendo um breve histórico de como a qualidade da educação foi tratada no Brasil até a meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação - PNE, em seguida traremos algumas informações relacionadas ao Ideb no intuito de localizar de forma clara as principais características que permeiam esse indicador de qualidade educacional, logo em seguida trataremos de questões relacionadas à análise dos resultados obtidos pelas escolas bem como suas consequências e finalmente traremos as discussões e considerações dos resultados a partir dos dados obtidos pelos pesquisadores e pesquisadoras que fundamentaram esse trabalho.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E IDEB: CONCEPÇÕES EM DEBATE

O objetivo desse trabalho foi analisar como são explorados os resultados que as escolas alcançam no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb e quais suas consequências, porém é importante inicialmente situar o leitor sobre as questões e características principais das políticas públicas educacionais bem como o Ideb se encaixa nesse contexto, para isso traremos um breve histórico das políticas educacionais brasileiras e as principais características desse indicador de qualidade da educação.

Na década de 30 o Governo Federal iniciou os primeiros debates para se desenvolver um planejamento educacional nacional, esses debates perduraram algumas décadas, mas nunca foram materializados. Em 1964, logo após o golpe militar, essas discussões foram esquecidas e foi institucionalizado pelo governo a tecnocracia educacional.

As discussões sobre um planejamento educacional nacional, como Política Pública, voltaram a ser pauta do governo na década de 80, após o término do golpe militar.

A Constituição Federal de 1988, avança consideravelmente nos campos sociais e educacionais, como o artigo 208 por exemplo, que diz que todo brasileiro tem direito garantido ao acesso e permanência na rede pública de ensino e com uma educação de qualidade.

Nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, esse planejamento educacional é focado no ensino fundamental, no governo Lula é ampliado até o ensino médio, muitas metas do Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010) foram atingidas, porém esse PNE não foi epicentro das políticas educacionais.

O PNE (2014-2024), Dourado afirma que, “há que considerar que possui vários avanços, e sua principal ‘meta’ é sua materialização” (DOURADO, 2016). Os avanços observados no PNE em curso, estão previstos em 20 metas, como valorização do profissional de educação, gestão democrática, custo aluno qualidade inicial e custo aluno qualidade, ampliação para 10% da arrecadação do PIB revertido para a Educação, Instituição do SNE, uma política nacional de formação dos profissionais da educação, garantir atendimento em sala de recursos para alunos com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD e altas habilidades/superdotação, entre outras.

Outro avanço que está previsto nesse PNE, é que há órgãos fiscalizadores para que as metas nele estipuladas sejam alcançadas, são órgãos formados pelo poder executivo, pelo poder legislativo e pela sociedade civil.

Dentro do PNE, mais precisamente na meta 7, onde é tratada a qualidade da educação que entra o índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb, foi introduzido no Brasil pelo *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* (BRASIL, 2007), e segundo o Ministério da Educação – MEC o Ideb “funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias” (BRASIL, 2015). Ele é realizado de dois em dois anos e para ser calculado leva-se em conta a taxa de rendimento escolar (aprovação) e a média de desempenho nos exames aplicados pelo INEP, que são a Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica, a primeira é aplicada na escola dos municípios e a segunda nas escolas estaduais.

Outro ponto a ser destacado é a utilização do Ideb como instrumento de acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Escola –

PDE, que segundo o MEC é uma “ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança” (BRASIL, 2015). E a meta estipulada para ser alcançada no Ideb pelas escolas brasileiras é 6,0 até 2022, essa nota corresponde quando comparadas com países desenvolvidos, a um sistema educacional de qualidade.

A RESPONSABILIZAÇÃO: ESTADO X ESCOLA X COMUNIDADE ESCOLAR

As políticas públicas educacionais adotadas ao longo dos governos brasileiros, sejam eles liberais, neoliberais ou progressistas, não tiveram seu foco principal na educação, apesar de possuírem concepções ideológicas totalmente diferentes, tratavam esse assunto mais como uma política de governo e não uma política de Estado.

Porém, segundo Freitas foi na transição dos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (neoliberal) e do presidente Lula (progressista) onde pode se perceber um avanço nas políticas públicas educacionais,

Para eles, os resultados dependem de esforço pessoal, uma variável interveniente que se distribui de forma “naturalmente” desigual na população, e que deve ser uma retribuição ao acesso permitido. Eles não podem aceitar que uma espécie de “acumulação primitiva” ou um ethos cultural sequer interfira com a obtenção dos resultados do aluno. Se aceitassem, teriam de admitir as desigualdades sociais que eles mesmos (os liberais) produzem na sociedade e que entram pela porta da escola. Isso faz com que a tão propalada equidade liberal fique, apesar dos discursos, limitada ao acesso ou ao combate dos índices de reprovação. Como a progressão continuada já demonstrou, ausência de reprovação não é sinônimo de aprendizagem e qualidade (FREITAS, 2007, p.968).

Em nossa sociedade é produzida tamanha desigualdade social que para Almeida, Dalben e Freitas (2013) e Freitas (2005) “as instituições que nelas funcionam acabam por traduzir tais desigualdades como princípio e meio de seu funcionamento” e que apenas políticas de equidade tendem a acobertar o problema central que é a desigualdade socioeconômica.

Contudo as escolas que atendem a estudantes com perfis socioeconômicos mais fragilizados não estão isentas de ensinarem, muito pelo contrário se espera mais delas, para Freitas

Os meios e as formas de se obter essa qualidade não serão efetivos entregando as escolas à lógica mercadológica. A questão é um pouco mais complexa. Deixada à lógica do mercado, o resultado esperado será a institucionalização de escola para ricos e escola para pobres (da mesma maneira que temos celulares para ricos e para pobres). As primeiras canalizarão os melhores desempenhos, as últimas ficarão com os piores desempenhos. As primeiras continuarão sendo as melhores, as últimas continuarão sendo as piores. Mas o sistema terá criado um corredor para atender as classes mais bem posicionadas socialmente, o que será, é claro, atribuído ao mérito pessoal dos alunos e aos profissionais da escola

Nesse sentido analisar o resultado do Ideb com um olhar apenas *finalístico*, vem recebendo críticas por parte do público acadêmico, pois pode engendrar um conceito de responsabilização da escola ao desempenho nesse indicador, para Alves e Soares (2013) “critica-se o Ideb como uma medida de qualidade da educação e questionam-se suas consequências para as escolas” (ALVES; SOARES, 2013, p. 181). Considerando o indicador Ideb como uma política de responsabilização da escola, retirando todo o fardo do Estado, exclui as escolas que apresentam um mal desempenho. Portanto há que se atentar para o fato, como alertam Sousa e Oliveira (2010) que o “uso do Ideb como uma simplificação a padrões educacionais desejáveis de problemas educativos mais complexos” pode ser um problema.

Assim, vale ressaltar a importância de compreender os fatores sociais, econômicos e culturais onde a escola e a comunidade escolar estão inseridas, para não incorrer no erro de interpretação do resultado Ideb e a consequente rotulação da escola como afirma Setúbal (2010, p. 351-352),

É essencial levar em conta que a quase universalização do ensino fundamental gerou um novo contorno de escola, com enormes desafios, e que os professores e as secretarias de educação não têm ainda embasamento suficiente para lidar com essa realidade. Precisamos de estudos e de experiências que considerem, especialmente, a relação da escola com as populações de alta vulnerabilidade que estavam fora da escola ou eram excluídas precocemente pela prática da reprovação em massa.

Por esse ângulo temos a compreensão que a qualidade educacional está ligada diretamente, não apenas ao Ideb, mas como afirma Dalben “da impossibilidade de se tomar como sinônimo de qualidade escolar os índices de forma descontextualizada e a partir de medições transversais, tipicamente usadas nas medições de larga escala” (DALBEN, 2012), ou seja outros fatores devem se trazer à luz quando da análise desses resultados.

Portanto o Estado, a escola e a comunidade escolar devem ser corresponsáveis pela qualidade da educação, pois como afirma Setúbal “a responsabilização pura e simples da escola bem como os mecanismos de bonificação, por vezes, deixam a ideia de que os caminhos são conhecidos e bem acessíveis” (SETÚBAL, 2010).

Freitas (2007) e Libâneo (2012) alertam ainda que a “premiação de acordo com o desempenho e metas alcançadas em indicadores educacionais podem criar uma escola pra ricos e outra para pobres”, além de ocultar a qualidade da educação, principalmente as escolas que atendem aos estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis.

Dadas as proporções territoriais de nosso país, bem como a diversidade de sistemas de ensino existentes, há que se encontrar diferentes mecanismos que possam trazer a responsabilidade para a tríade, Estado – Escola – Comunidade Escolar, de modo que não se perca o alicerce da equidade, tratando os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, para o desenvolvimento da educação.

ESCOLA PARA RICOS E ESCOLA PARA POBRES: A QUESTÃO SOCIOECONÔMICA

A escola deveria ser um espaço democrático, justo e que instigasse os estudantes ao debate de ideias, refletindo assim qualidade e equidade na educação, como caracteriza o sociólogo Dubet (2004) uma escola para ser considerada justa “é preciso que as diferenças educacionais nela observadas não reflitam as desigualdades sociais e econômicas entre os alunos” (DUBET, 2004), contudo tal conceito não representa a realidade de muitas escolas em nosso território.

Nesse sentido analisar o contexto social da escola é essencial, considerando apenas as populações socioeconômicas vulneráveis dos grandes centros urbanos, pode-se inferir que, no geral ocuparão as regiões periféricas, em locais com pouca ou nenhuma estrutura, configurando um cenário de marginalidade social e econômica. Essas pessoas convivem com situações de violência e precariedade, também convivem com equipamentos que as vezes são pensados e destinados as classes mais favorecidas, com a globalização e acesso facilitado e diversas formas de acesso a informação, jovens e adultos que hora vivenciam conflitos hostis em seu bairro conseguem ao mesmo tempo seguir seu artista favorito nas redes sociais. Como afirma Setúbal (2010, p. 357-358),

Nesse caleidoscópio da sociedade contemporânea, instala-se na escola uma violência simbólica, muitas vezes camuflada, perpassando as interações sociais ali construídas por meio de diferentes atitudes e regras invisíveis. Alguns exemplos: criação de obstáculos ao acolhimento de alunos que retornam à escola, geralmente oriundos de famílias de alta vulnerabilidade; distância entre o currículo formal e a realidade do mundo desses discentes; desvalorização da história e das vivências desses alunos e de suas famílias; culpabilização da família pelo malogro escolar dos filhos; dificuldade da escola em aceitar e lidar com a diversidade, a diferença e o preconceito. Essas atitudes, embora de difícil medição, são muitas vezes determinantes nos baixos resultados de aprendizagem e na evasão e abandono da escola. De um lado, escolas não conhecem o território do seu entorno e as condições socioculturais dos seus alunos, assumindo posições preconceituosas e desistindo do papel de garantir a aprendizagem de todos os discentes. Assiste-se à própria instituição de ensino atuar como legitimadora da evasão, como se abandonar a escola fosse “um bom negócio”, uma vez que permitiria que o jovem trabalhasse e melhorasse a condição social da família. De outro lado, encontram-se pais que não têm modelo de referência de como apoiar os filhos na sua trajetória escolar, sentindo-se distantes e excluídos da escola de seus filhos.

Estudos feitos por Almeida, Dalben e Freitas (2013) e por Alves e Soares (2013), chegaram a conclusões bastante similares no que tange as causas do mau desempenho das escolas no Ideb, esses pesquisadores foram taxativos em afirmar que outros fatores podem influenciar, e influenciam o resultado, como infraestrutura da escola, insumos educacionais e formação de professores, porém o que ficou evidente foi que o desempenho no resultado final do Ideb estava ligado diretamente as condições socioeconômicas dos estudantes, ou seja, escolas situadas em locais

mais centrais e com a maioria dos estudantes pertencendo a classe média obtiveram desempenho melhor que escolas situadas na mesma cidade, porém localizadas em seus arredores e que eram frequentadas por estudantes em situação socioeconômica desfavorável. Segundo Alves e Soares, “o contexto socioeconômico das escolas é o fator mais importante para análise de resultados educacionais. Espera-se, portanto, que uma escola que atende a alunos com maior poder aquisitivo e com mais recursos culturais atinja valores mais altos do Ideb” (ALVES; SOARES, 2013, p. 183).

E como o nível socioeconômico dos estudantes reflete na qualidade do ensino, e consoante aos pensamentos de Libâneo (2012), podemos começar a perceber a instituição de dois tipos de escola, “uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos” (LIBÂNEO, 2012, p. 16-17).

Sob esse prisma, e consoante ao pensamento de Freitas (2007) “as escolas podem priorizar os bons alunos para aumentar a média, excluindo paulatinamente ou relegando a segundo plano aqueles com mais dificuldades” (FREITAS, 2007, p. 352), assim a escola que, como afirma Libâneo, sobra para os pobres “é caracterizada por suas missões assistencial e acolhedoras, transformando-se em uma caricatura de inclusão social” (LIBÂNEO, 2012), realidade que compõem diversas escolas brasileiras, escolas essas que como sua comunidade são marginalizadas e os profissionais da educação não são valorizados e ainda carregam o fardo da responsabilização unilateral da qualidade educacional imposta pelo Estado.

EDUCAÇÃO: QUALIDADE COM EQUIDADE, SERÁ POSSÍVEL?

Em resumo, entendemos que o Ideb é de suma importância na verificação da qualidade de educação e se mostra um indicador potencialmente eficiente, as reflexões debatidas nesse trabalho estão relacionadas as suas limitações, como afirmam e reafirmam Alves e Soares (2013) e Almeida, Dalben e Freitas (2013), “cada escola possui suas particularidades culturais, sociais e econômicas, verificar a qualidade da escola utilizando uma única ferramenta é perigoso, responsabilizando a escola e ainda podendo gerar resultados não condizentes com a realidade escolar”.

Inegavelmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica conquistou legitimidade, principalmente após sua incorporação no texto do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, entretanto olhando puramente esse indicador, o que nos salta aos olhos é como ele é apresentado para a população, onde a escola (docentes) parece ser a única responsável pelo (mal) resultado, sem qualquer ligação com fatores extraescolares, como questões sociais, a qual rede de ensino que a escola pertence ou a quais políticas públicas estas escolas estão submetidas, essa desvinculação da tríade Educação – Escola – Comunidade Escolar, isolando-a das demais traz o entendimento dessa responsabilização pelos resultados nessas

avaliações de larga escala e conseqüentemente, a “desresponsabilização, de forma branda, do sistema educativo e social mais amplo sobre tais resultados” (ALMEIDA; DALBEN; FREITAS, 2013, p. 1169).

Analisar fatores como o nível socioeconômico dos estudantes foi o ponto comum em todas as pesquisas analisadas nesse artigo, então sob essa ótica a pesquisadora Setúbal traz em seu estudo sugestões que podem auxiliar esse indicador no sentido de contemplar alguns desses questionamentos que explicitamos até o momento,

Com a preocupação de não aumentar as desigualdades entre as escolas e deixar para trás uma parcela significativa de alunos, como analisado no decorrer deste artigo, a busca de uma qualidade de educação para todos deve levar em conta os seguintes fatores: 1) articulação entre a educação, as políticas sociais e os equipamentos públicos nos territórios; 2) currículos e metodologias mais adequados ao mundo contemporâneo e à realidade escolar; 3) apoio pedagógico e acompanhamento próximo dos alunos com maiores dificuldades; 4) o professor no centro da educação de qualidade. (SETÚBAL, 2010, p. 359)

Nesse sentido esse estudo busca robustecer o esforço de outros trabalhos empíricos no sentido de compreender as condições para se alcançar a qualidade do ensino aferidas pelo Ideb, procuramos mostrar que as escolas devem ser vistas sim, pelo desempenho de seus estudantes, porém não exclusivamente, mas também pelo contexto que envolve a escola, “um sistema educacional só pode ser dito de qualidade se suas desigualdades são também consideradas na análise de seu desempenho” (ALVES; SOARES, 2013, p.190).

Comprovamos aqui que, se de fato houver a intenção em se verificar a qualidade do ensino, as políticas públicas educacionais brasileiras precisam estudar de maneira mais aprofundada os resultados obtidos através desse indicador de larga escala, buscar metodologias educacionais apropriadas, fortalecer o elo que une o Estado, a escola e a comunidade, e sobretudo colocar os professores e professoras no epicentro dessas políticas educacionais.

A discussão sobre temas como esses causam desconforto tanto para quem apoia quanto para quem discorda, isso acontece porque a Educação é compreendida e entendida como algo importantíssimo para qualquer País, contudo observamos que não tem preocupação que lhe é devida. Tratar de assuntos como a qualidade da educação é colocar o dedo na ferida do Estado brasileiro, que a vê como uma política de governo, e por esse motivo é interrompida e recomeçada de quatro em quatro anos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. **O efeito do contexto e posição da pergunta no questionário sobre o resultado da medição.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, 2002.

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. **O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153 - 1174, 2013.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177 – 194, 2013.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. **Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional.** *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 1-30. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília:Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Lei n. 13005 de 25 de julho de 2014. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: Junho de 2018

BRASIL. Decreto nº 6.064, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2007.

DALBEN, A. **Avaliações de desempenho do aluno para a atribuição de sanções e bonificações à escola e ao professor.** In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16. Campinas: Endipe, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira.** Brasília: Inep, 2016.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, 2004.

FREITAS, L. C. **Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911- 933, 2005.

FREITAS, L. C. **Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177 – 194, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336>>. Acesso em: junho 2018.

SETUBAL, M. A. **Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?** *Revista brasileira de Estudo pedagógico*, Brasília, v. 91, n. 228, p. 345-366, 2010.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. de. **Sistemas Estaduais de Avaliação: Uso dos Resultados, Implicações e Tendências.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 22, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33

Alimentação 13, 60, 108, 127, 130, 131, 143, 218, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 277

Anos iniciais 256, 257, 258, 259, 260, 261, 266, 267, 268

B

Bacharelado em ontopsicologia 177, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Brechó 34, 36, 37, 38

Brinquedos 40, 41, 42, 44

C

Chiquitano 57, 58, 60, 61, 64, 65, 66

Conhecimento tradicional 57

Criança 10, 20, 23, 29, 30, 31, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 56, 115, 119, 120, 127, 129, 147, 161, 206, 266, 267, 268, 269, 272

Crise 69, 70, 71, 134, 141, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 170, 174, 184, 201

Cultura da paz 97, 103

Curso técnico em agropecuária 216, 217, 221

Cyberbullying 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dança 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 120, 123, 130, 132

Desafios 4, 9, 20, 26, 27, 31, 37, 48, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 64, 76, 84, 85, 86, 87, 93, 94, 96, 98, 99, 141, 142, 149, 175, 216, 241, 261, 271

Design de interiores 208, 209, 214

Disciplina 1, 2, 5, 81, 118, 154, 167, 168, 187, 190, 227, 232, 233, 234, 235, 258, 262, 285, 288

Docência 113, 153, 160, 256, 261, 267

E

Economia solidária 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76

Educação do campo 76, 136, 137, 138, 139, 146, 150

Educação especial 2, 20, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 124

Educação inclusiva 1, 2, 3, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 106, 110, 115, 206

Educação musical 117, 121

Educação popular 67, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 138, 139

Educação profissional agrícola 216

Educador 5, 21, 27, 30, 31, 48, 53, 72, 88, 125, 126, 127, 129, 131, 144, 153, 154, 160, 166, 171, 172

Egressos 208, 209, 212, 213, 220, 222

Empreendedorismo 34, 36, 38, 75, 218, 219, 220, 226

Ensino 1, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 50, 51, 52, 53, 54, 61, 79, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 92, 96, 99, 101, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 157, 165, 166, 178, 180, 184, 192, 193, 194, 198, 202, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 258, 259, 260, 261, 262, 267, 268, 270, 284, 292

Ensino técnico 50, 54, 209, 212, 213, 214, 222

Escola 1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 62, 63, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 174, 176, 178, 198, 199, 201, 204, 208, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 222, 229, 230, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 257, 258, 260, 261, 264, 265, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 284, 289, 290, 291, 292, 293

Escola bilíngue 1, 2, 3

Escola sem partido 78, 79, 83, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 164

Estudos de gênero 78, 80

F

Feminismo 67

Formação 5, 9, 21, 26, 29, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 59, 71, 74, 79, 86, 87, 88, 93, 98, 99, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 126, 127, 129, 131, 133, 135, 136, 143, 146, 149, 150, 151, 162, 167, 168, 172, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 198, 206, 207, 209, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 239, 242, 252, 256, 257, 259, 261, 266, 267, 268, 282, 289, 292

Formação internacional 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193

G

Gênero 16, 25, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 62, 67, 68, 70, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 156, 157, 172, 198

Geografia 52, 98, 104, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 268

H

Histórico da deficiência 12, 13

Humanismo cristão 165, 172, 173, 175

Humanismos filosóficos 165, 166

I

Inclusão 1, 9, 11, 12, 13, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 74, 88, 89, 94, 105, 106, 111, 113, 114, 134, 142, 235, 243, 268, 277, 285, 290, 291

Inclusão escolar 22, 23, 27, 31, 32, 114

Infância 11, 40, 41, 44, 51, 115, 153, 202, 206, 256, 266, 267, 268

Internacionalização 177, 178, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 192

Intervenção educativa 97

J

Jovens 23, 27, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 52, 54, 57, 62, 63, 73, 88, 91, 102, 104, 110, 122, 123, 130, 131, 138, 160, 161, 162, 163, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 193, 195, 198, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 225, 242, 247, 248, 249, 250, 254

P

Pedagogia ontopsicológica 180, 247, 248, 252, 253, 254, 278

Pensamento crítico 126, 153, 154, 156, 162, 292

pensamento espacial 9, 256, 258, 260, 261, 264, 265, 266

Pessoas com deficiência 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 33, 107, 108, 117

Plano Educacional Individualizado (PEI) 106

Prática pedagógicas 55, 136

Professores 11, 23, 24, 27, 79, 81, 82, 86, 88, 90, 93, 94, 95, 96, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 129, 131, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 156, 157, 162, 163, 164, 168, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 206, 227, 229, 230, 231, 234, 235, 241, 242, 244, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266, 290, 292, 293

Projeto vencedor 247, 250, 251, 252

Protagonismo 34, 67, 74, 75, 194, 195, 256, 260, 269, 271, 274, 275, 278

Psicometria 279, 280, 284

R

Redes sociais 48, 50, 53, 55, 157, 242, 247, 248, 249, 251, 253, 254

Reformas 211, 227, 228, 230, 234

Relação ensino-aprendizagem 22, 31

Relatório “jogo aberto” 85, 86, 91

S

Sexualidades 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89, 90

Surdo 1, 7, 10

Sustentabilidade 184, 195, 198, 219, 225, 269, 270, 278

T

Tecnologia 24, 26, 48, 55, 71, 182, 219, 220, 225, 247, 253, 288, 291, 292

Teoria clássica dos testes 279, 280, 284

V

Violência 29, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 71, 79, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 104, 110, 163, 168, 174, 206, 242

Violência escolar 51, 92, 97, 104

Vivências 2, 37, 41, 132, 170, 181, 188, 198, 205, 242, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 269, 271

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-664-5

